



Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

Termo de Referência
Processo Administrativo nº 1295/2026
Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 1.544/23

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA REESTRUTURAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE ITENS OBSOLETOS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
1	75	und	CAMA HOSPITALAR MOTORIZADA , com as seguintes especificações mínimas: Cor branca Estrutura: • Aço carbono, garantindo alta resistência e durabilidade. • Leito: Dividido em 4 seções articuladas, com estrado em chapa de aço SAE 1020 de 0,90 mm. Sistema de Elevação Elétrica • Leito acionado por atuador elétrico duplo bivolt, comandados através de controle remoto com fio com tecnologia de alta confiabilidade. Funcionalidades de Movimentação • Permite ajustes nas posições: Fowler, cabeceira, sentado, flexão de pernas, vascular, cardíaco e elevação do leito. Grades Laterais e Cabeceiras • Grades laterais semi-giro em PEAD de alta resistência com sistema de trava de segurança. • Cabeceira e pesseira: Removíveis, também PEAD, para facilitar a higienização e o manuseio. Acessórios Inclusos • Rodízios: 4 rodízios de 3" (dois com freios) com rolamento de esferas e dureza da banda de rolagem 80 shore A. • Colchão D-28 cor verde • Adesivo decorativo Acabamento • Pintura eletrostática a pó com secagem em estufa, garantindo durabilidade e fácil limpeza. Dimensões e Especificações • Altura mínima: 460mm /Altura máxima: 650mm (±5); • Largura útil 900mm /Largura total: 1050mm (±5); • Comprimento útil 1900mm /Comprimento total: 2000mm (±5); • Comprimento de operação: 2200mm (±5); • Deslocamento na elevação de leito: 135mm (±5); • Ângulos de ajuste: Dorso 50° Coxas 40° Panturrilhas 17° (±5) • Capacidade do paciente mínima: 150 kg • Registro ANVISA • Garantia 12 meses • Manual de instruções em Português. • Conformidade com a NORMA IEC60601-2-52 • Certificação do INMETRO • Certificação ISO 13485:2016.	R\$ 11.479,600	R\$ 860.970,00
2	75	und	MESA CABECEIRA FECHADA TOTALMENTE EM PINTURA C/ RODIZIO . Especificações mínimas: Modelo: • Cabeceira Fechada Totalmente em Pintura Eletrostática (pó), secagem em estufa c/ tratamento anti ferruginoso. • Cor:Branco Detalhes: • 01 Gaveta • 01 Prateleira • 04 pés de rodizio dimensões 2" Dimensões externas aproximadas: • Comprimento:0,45 cm • Largura:0,40 cm • Altura: 0,80 m Estrutura: • Aço SAE 1020 chapa #24 (0,60 mm de espessura).	R\$ 1.149,8000	R\$ 86.235,00
3	75	und	ESCADA HOSPITALAR 02 DEGRAUS EM AÇO INOX . Especificações mínimas: Modelo: • Escada de aço inox 02 degraus de uso hospitalar. Detalhes: • Aço inox • Pés com ponteira de PVC Estrutura: • Tubo redondo de 1" de diâmetro • Piso de chapa de aço com revestimento em borracha • Capacidade mínima da carga de 120 kg	R\$ 600,9000	R\$ 45.067,50
VALOR TOTAL				R\$ 992.272,50	





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como permanentes, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, devido o referido plano ainda não ter sido elaborado.

2.3. A aquisição se dará por **registro de preço**, a opção pelo Sistema de Registro de Preços fundamenta-se no **Art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021** e no Decreto Municipal nº 1.544/2023. A utilização deste modelo é justificada pela necessidade de entregas parceladas, uma vez que a reestruturação física do Hospital Municipal Anselmo Bianchini ocorrerá por etapas.

2.4. A definição do quantitativo de 75 (setenta e cinco) unidades para cada item (Cama, Mesa e Escada) fundamenta-se no **Relatório de Inventário Patrimonial id 273924, 273925, 273926** do setor de almoxarifado e comprovado por imagens anexada ao processo id **273923**, Hospital Municipal Anselmo Bianchini. O referido documento identificou que 100% do mobiliário atual das alas Clínica e Cirúrgica atingiu o fim de sua vida útil, apresentando oxidação avançada, falhas mecânicas e riscos à segurança do paciente. A aquisição visa a substituição integral desse lote obsoleto por equipamentos motorizados, visando a modernização do atendimento e a redução de custos com manutenções corretivas ineficazes.

2.5. A metodologia para a definição do quantitativo de **75 unidades** fundamenta-se na reestruturação do Hospital Municipal Anselmo Bianchini, conforme o seguinte detalhamento:

2.6. **Substituição Integral:** Substituição dos **42 leitos** atualmente em operação, que se encontram em estado obsoleto e sem ergonomia adequada para pacientes e equipe de enfermagem

2.7. **Atendimento Especializado:** Destinação específica de **10 unidades** de alta performance para o setor de pacientes acamados de longa permanência, exigindo comandos motorizados para prevenção de escaras e facilitação de manobras.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

2.8. **Expansão e Reserva Técnica:** As demais **23 unidades** destinam-se à estruturação de novas alas em fase de implementação e à composição de reserva técnica indispensável. Esta reserva garante que o hospital não sofra desfalque de leitos durante processos de manutenção corretiva ou em casos de surtos epidemiológicos que exijam rápida ampliação da capacidade instalada.

2.9. Fica dispensada a reserva de cotas para ME/EPP prevista no Art. 4º da LC 123/2006, com base no **Art. 189, inciso II da Lei nº 14.133/2021**, visto que a divisão do objeto em lotes distintos para o mesmo ambiente hospitalar prejudicaria a padronização tecnológica e a economia de escala. A diversidade de fabricantes dificultaria a manutenção e a intercambialidade de acessórios e peças, gerando prejuízo ao conjunto do objeto.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução abrange o ciclo de vida do mobiliário hospitalar motorizado, focado em durabilidade, baixa manutenção e reciclabilidade, garantindo uma vida útil estimada de pelo menos 10 anos. O planejamento inclui instalação técnica, garantia de 24 meses com padronização para manutenção sustentável e descarte final adequado conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para a descrição da solução como um todo, considere a estruturação com base nos requisitos da Lei nº 14.133/2021.

Ciclo de Vida: A análise do ciclo de vida do objeto considerou:

Aquisição: Seleção de materiais de alta durabilidade (aço carbono e inox) com certificação compulsória para reduzir substituições precoces.

Uso e Manutenção: Opção por camas motorizadas que facilitam a ergonomia do servidor e reduzem lesões por pressão nos pacientes (especialmente os 10 acamados), com garantia estendida de 12 meses para minimizar custos de manutenção no curto prazo.

Descarte: Os itens a serem substituídos serão baixados e destinados ao descarte ecologicamente correto ou leilão, conforme regulamento de patrimônio, enquanto os novos itens possuem alto índice de reciclabilidade (metais).





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA REESTRUTURAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE ITENS OBSOLETOS, com nos mínimos das especificações do item 1.1

4.2. A aquisição visa a substituição definitiva de itens obsoletos conforme IDs de inventário citados no item 2.4. Os bens devem ser novos, de primeiro uso e sem defeitos.

4.3. A Como condição para a aceitabilidade do material, a licitante deverá fornecer, junto com o produto.

4.4. Manual do usuário em português e catálogo técnico que comprove as dimensões, materiais de composição e recursos de série.

4.5. Documento formal detalhando o prazo de garantia contra defeitos de fabricação.

4.6. Comprovação de conformidade com normas técnicas (como ABNT ou Inmetro), conforme exigido nas especificações do item 1.1

4.7. Nos casos em que forem constatados defeitos, falhas, vícios aparentes ou ocultos nos materiais entregues, a CONTRATADA fica obrigada a realizar o reparo ou a substituição integral do item por produto novo, de primeiro uso e de especificações equivalentes ou superiores às exigidas no Item 1.1 pela CONTRATANTE, **no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, sem qualquer ônus adicional para o Município.**

4.8.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados dos após o recebimento da Nota de empenho ou outro documento equivalente (ordem de fornecimento), em remessa parcelada conforme for feita a solicitação.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Hospital Municipal Anselmo Bianchini, em horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h30 às 13h30, exceto feriados, localizada na Rua Pirarara 2152 setor 14, Nova Brasilândia D'Oeste – RO.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

5.4. A entrega em outro endereço ou em horário distinto do estabelecido somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do responsável pela Secretaria requisitante, devendo a CONTRATADA observar integralmente as orientações emitidas pela Administração.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. Garantia mínima de fábrica de 24 (vinte e quatro) meses para as Camas Hospitalares Motorizadas (incluindo motores, comandos manuais e estrutura) e para as Mesas de Cabeceira e Escadinhas. O prazo conta a partir do Recebimento Definitivo dos itens. Em caso de substituição, o novo item terá o prazo de garantia reiniciado integralmente.

5.6. A garantia será prestada de forma a manter o mobiliário em perfeitas condições de higiene, segurança e funcionamento, sem qualquer ônus para a Contratante.

5.7. A manutenção abrange a estrutura metálica (contra oxidação/ferrugem), sistemas hidráulicos/motorizados, rodízios, freios, grades de proteção e acabamentos.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva o reparo de falhas nos motores, troca de atuadores, ajustes em articulações, reparo em soldas ou substituição de componentes plásticos/madeira das mesas e escadarias.

5.9. Qualquer defeito deverá ser sanado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a comunicação oficial, visando não prejudicar o atendimento aos pacientes.

5.10. Caso o defeito comprometa a segurança do paciente, o fornecedor deverá substituir o produto por item novo de primeiro uso no prazo de 07 (sete) dias úteis.

5.11. Todos os serviços de manutenção, troca de peças ou vistorias técnicas deverão ser realizados nas dependências da Unidade de Saúde, evitando o deslocamento de camas e o desfalque de leitos.

5.12. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa aceita pela Administração.

5.13. Em caso de prorrogação ou demora no conserto de uma Cama Motorizada, a Contratada deverá disponibilizar uma cama reserva equivalente em caráter provisório, para que o leito não permaneça desativado.

5.14. Se a Contratada não cumprir os prazos, a Contratante poderá realizar o reparo por terceiros e exigir o reembolso, sem perda da garantia global.

5.15. Os custos de deslocamento de técnicos, fretes para retirada de mobiliário e devolução são de responsabilidade exclusiva da Contratada.

5.16. A responsabilidade da Contratada pela qualidade do material e funcionamento dos motores persiste mesmo após o encerramento da vigência do contrato de compra, pelo tempo total da garantia





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

Recebimento

- 7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, acompanhados da Nota Fiscal, pelo fiscal do contrato, para conferência sumária da quantidade e integridade física aparente das camas e mobiliários.
- 7.2 Os bens deverão ser rejeitados se apresentarem avarias de transporte (riscos, amassados), oxidação, peças faltantes ou se as camas motorizadas não corresponderem à voltagem ou especificações do Item 1.1. A substituição deve ocorrer em até 03 (três) dias úteis, sem custos à Administração.
- 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado, após a realização de:
- a) Montagem completa do mobiliário;
 - b) Teste funcional de todos os comandos motorizados das camas;
 - c) Verificação da estabilidade das escadinhas e mesas de cabeceira;
 - d) Conferência dos certificados de garantia e manuais em português.
- 7.4 Este prazo poderá ser prorrogado justificadamente caso haja necessidade de laudos técnicos ou diligências para comprovar a segurança do mobiliário hospitalar.
- 7.5 Em caso de controvérsia sobre a qualidade ou funcionamento (ex: ruído excessivo no motor), aplicam-se as regras do Art. 143 da Lei nº 14.133/2021, procedendo-se ao pagamento apenas da parcela incontroversa (itens aprovados).
- 7.6 O prazo para a contratada sanear inconsistências técnicas ou erros na Nota Fiscal suspende a contagem do prazo de recebimento definitivo.
- 7.7 O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade técnica pela segurança hospitalar dos bens, nem por vícios ocultos que possam surgir nos motores ou estrutura durante o uso.

Liquidação

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.3.1. o prazo de validade;
- 7.3.2. a data da emissão;
- 7.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.3.5. o valor a pagar; e
- 7.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

7.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.16. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

Cessão de crédito

7.17. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.17.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.18. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.19. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.20. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.21. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. **Atestado de Capacidade Técnica:** Fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já forneceu mobiliário hospitalar, camas motorizadas de forma satisfatória.

8.3. **Regularidade Sanitária:** Comprovação de que o objeto ofertado (Cama Motorizada) possui registro ou cadastro ativo na ANVISA, conforme legislação vigente para produtos médicos/hospitalares

8.4. Certificado de Conformidade do INMETRO conforme norma NBR IEC 60601-2-52;

8.5. Declaração de que o produto possui motores com proteção mínima IPX4;

8.6. Com fins de garantir a padronização e qualidade fabril, a licitante deverá apresentar Certificado ISO 13485 (Sistemas de Gestão da Qualidade para Dispositivos Médicos) em nome do fabricante do produto, devidamente válido.

8.7. Comprovação de rede de assistência técnica apta a prestar atendimento presencial no município em até 48 horas.

8.8. A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro de pessoal, ou através de contrato de prestação de serviços, profissional técnico qualificado para a montagem e manutenção preventiva dos equipamentos motorizados.

8.9. **Da Apresentação De Amostra** Para fins de confirmação da adequação às especificações técnicas e qualidade do material, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra dos itens conforme os critérios abaixo:

8.10. Deverá ser apresentada 01 (uma) unidade da **Cama Hospitalar Motorizada** com todos os seus acessórios grades e colchão.

8.11. A amostra deverá ser entregue no prazo máximo de 05 dias, contados a partir da convocação oficial realizada pelo Pregoeiro por meio do sistema eletrônico.

8.12. A entrega e montagem da amostra para teste deverão ocorrer no Hospital municipal correndo todos os custos de transporte e montagem por conta da licitante.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

8.13. A avaliação da amostra será realizada pela Comissão de recebimento de material permanente, que emitirá Parecer Técnico fundamentado quanto à conformidade com as especificações do Item.

8.14. Resistência: Avaliação das travas das grades, freios dos rodízios e qualidade da pintura/acabamento.

8.15. Conformidade: Confronto direto com as exigências técnicas do Item 1.1 do Termo de Referência.

8.16. Aprovada a amostra, o item será adjudicado. Caso seja reprovada ou não entregue no prazo, a licitante será desclassificada, procedendo-se à convocação da próxima colocada.

8.17. Após a análise, a licitante deverá retirar a amostra em até 05 (cinco) dias, sob pena de serem incorporadas ao patrimônio ou descartadas.

Forma de fornecimento

8.18. O fornecimento será realizado de forma parcelada conforme cronograma de necessidade da unidade, devendo os itens ser entregues montados e instalados.

8.19. Os materiais deverão ser descarregados e posicionados no local indicado pela Administração, sem custos extras de frete.

8.20. contratada é responsável por toda a logística, incluindo carga, descarga, transporte e montagem técnica dos componentes das camas motorizadas.

8.21. Deverá ser fornecido, no ato da entrega, o manual de instruções em português e o certificado de garantia individual para cada equipamento motorizado.

Exigências de habilitação.

8.22. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.23. A licitante deverá apresentar o registro ou cadastro vigente do produto, Cama Hospitalar Motorizada junto à **ANVISA**, em nome do fabricante, acompanhado das especificações que comprovem ser o modelo exatamente igual ao ofertado.

8.24. Apresentação do Certificado de Conformidade emitido por organismo acreditado pelo **INMETRO**, comprovando que o equipamento atende à norma **NBR IEC 60601-2-52** requisitos particulares para a segurança básica e o desempenho essencial de camas hospitalares.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

8.25. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de mobiliário hospitalar motorizado em quantidades e características compatíveis com o objeto desta licitação.

8.26. Declaração formal de que a licitante possui rede de assistência técnica autorizada ou própria, com capacidade de atendimento presencial no município em até **24 horas** para chamados de urgência.

8.27. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro ou contrato de prestação de serviço profissional técnico capacitado para realizar a montagem, instalação e o treinamento da equipe de enfermagem no local da entrega.

8.28. Caso a licitante não seja a fabricante, deverá apresentar Carta de Autorização/Solidariedade emitida pelo fabricante, garantindo o fornecimento de peças de reposição por um período mínimo de 05 (cinco) anos e suporte técnico para a garantia de 24 meses.

8.29. Apresentação do certificado **ISO 13485** (Sistema de Gestão da Qualidade para Dispositivos Médicos) do fabricante, para assegurar que o processo produtivo segue padrões internacionais de segurança hospitalar

8.30. A comprovação da saúde financeira será feita mediante Balanço Patrimonial do último exercício, comprovando índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) **iguais ou superiores a 1,0**. A exigência visa garantir que a empresa tenha fôlego financeiro para honrar a logística de um contrato de quase R\$ 1 milhão e a garantia de 24 meses.

Habilitação jurídica

8.31. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.32. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.33. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.34. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.35. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.36. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.37. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.38. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.39. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.40. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.41. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.42. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

8.43. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.44. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.45. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.46. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.47. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.48. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.49. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **RS 992.272,50 (novecentos e noventa e dois mil e duzentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na pesquisa de preço anexo, realizada com base no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho 2021.

9.2. A composição do preço estimado baseou-se em pesquisa direta com fornecedores especializados diante da inviabilidade técnica de obtenção de atas de registro de preços de outros entes públicos com objetos da estrita compatibilidade ao modelo de referência adotado Cama 1033.AS.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 02.006.10.302.0002.2.006. - MANUTENÇÃO DO FUNDO E ATENDIMENTO HOSPITALAR, AMBULATORIAL E EMERGENCIAL - 15% • 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 24 de Abril de 2026.

Elaborado com base em dados fornecidos pelas Secretarias (ETP):

Ana Claudia Reis Dos Santos
Auxiliar de serviços Diversos
(assinado eletronicamente)

Aprovado por:

Secretária Municipal de Saúde
Dhayane Caline Gorza Aquino
(assinado eletronicamente)

Clodoaldo Alves Pedroso
Prefeito
(assinado eletronicamente)

